Fundação Getulio Vargas
06/08/2008
O Globo - RJ

Tópico: IBRE
Impacto: Positivo
Editoria: Economia

Cm/Col: 139
Pg: 24

RETRATOS DO BRASIL: *Queda se deveu ao aumento da renda e do emprego*

Ipea: três milhões de pessoas terão deixado a pobreza entre 2002 e 2008

Instituto afirma que o número de miseráveis cairá de 32,9% para 24,1%

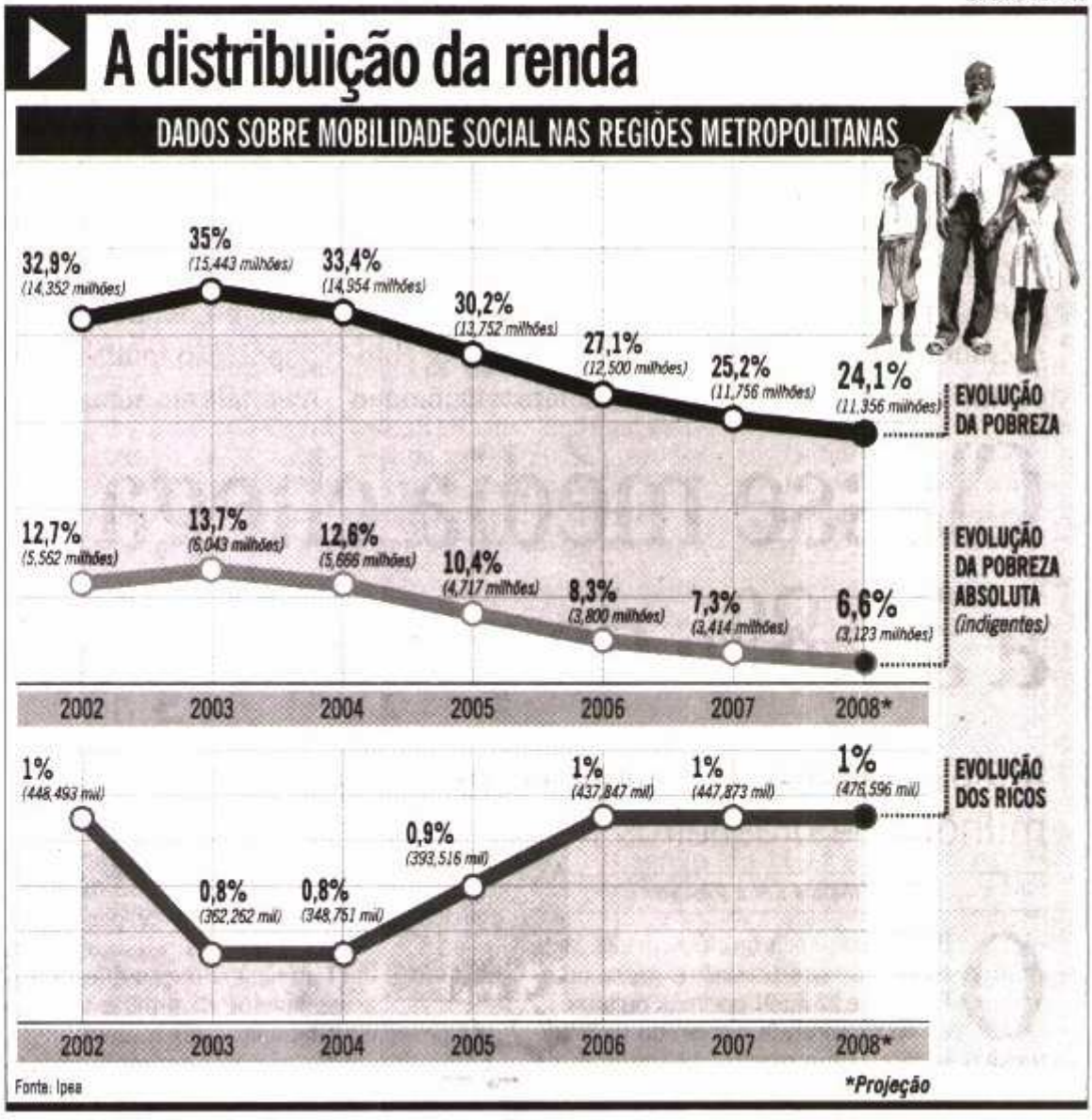
Geralda Doca

• BRASÍLIA. Entre 2002 e o fim desse ano, três milhões de brasileiros terão deixado a pobreza nas seis maiores regiões metropolitanas do país. Só em 2008, serão 500 mil pessoas com melhores condições de vida. A conclusão é de um estudo divulgado ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). De acordo com os dados, o percentual de pobres nos grandes centros urbanos cairá de 32,9% para 24,1% em seis anos. As pessoas consideradas pobres em 2002 — com renda familiar per capita de R$ 207,50 a preços correntes — eram 14,352 milhões. Em dezembro, serão 11,356 milhões.

O ritmo de queda foi ainda maior para a população considerada indigente (com renda familiar per capita de até R$ 103,75) e que mora nas zonas urbanas. Neste caso, o percentual que estava em 12% em 2002 cairá à metade até o fim deste ano, para um universo de 3,123 milhões de pessoas. Já entre os ricos (com renda familiar acima de R$ 16.600 mensais), o movimento ficou praticamente estável em 1% da população nos últimos seis anos. Entraram para o seleto grupo 28.103 pessoas.

— O Brasil está deixando de

Editoria de Arte



ser um país de pobreza absoluta para ser um país de pobreza relativa, diminuindo a distância entre o topo e a base da pirâmide — afirmou o presidente do Ipea, Márcio Pochmann.

Produtividade das empresas foi maior que a renda

Um dos efeitos desta mudança, segundo Pochmann, foi a elevação do número de brasileiros enquadrados na faixa intermediária de renda (nem pobre nem rico). Em 2002, dois terços dos moradores das regiões metropolitanas viviam nessa situação e, em 2008, serão três quartos.

— Houve um aumento nos segmentos intermediários, sobretudo, da classe média baixa — afirmou Pochmann.

Segundo ele, os efeitos da expansão da economia no mercado de trabalho (mais vagas formais e alta dos rendimentos) foram os principais motivos para a redução da pobreza no período. A renda do trabalho representa 90,7% dos rendimentos das famílias nas áreas urbanas. Também foram essenciais o aumento real do salário mínimo e os programas sociais (não só o Bolsa Família, mas também as aposentadorias e benefícios previdenciários).

Para Pochmann, a pequena mobilidade entre os ricos nos últimos seis anos é um sinal de que os ganhos de produtividade não estão sendo repassados aos salários dos trabalhadores. Ao citar dados de outra pesquisa mensal do IBGE com números específicos do setor industrial, ele afirmou que enquanto a produção no segmento subiu 28,1%, entre 2001 e 2008, a folha de pagamento real por trabalhador teve alta de apenas 10,5%.

O estudo do Ipea, feito a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, cita dados da pobreza entre 2002 e 2008 e, portanto, englobando apenas o último ano de gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. No texto, há uma ressalva de que os indicadores foram melhores entre 2003 e 2008, governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Pochmann justificou o recorte temporal da pesquisa, afirmando que a PME mudou sua metodologia em 2002, dificultando a compatibilização de séries históricas em relação ao período anterior. ■

Compare as duas metodologias

• **FGV:** A pesquisa da FGV, coordenada pelo pesquisador Marcelo Neri, considera os dados de renda do trabalho da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, em seis regiões metropolitanas do país (São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) — esta última como parâmetro para estudo de fontes de renda. Pela pesquisa da FGV, no período de 2002 a 2008, é considerada classe média a parcela da população economicamente ativa cuja renda mensal domiciliar varia de R$ 1.064 a R$ 4.591. Já a classe A/B é aquela cuja faixa de renda mensal domiciliar começa a partir de R$ 4.591. Os mais pobres, ou seja, a classe E, têm renda que varia de zero a R$ 758. Já a classe D, mostrada na pesquisa como os remediados, está na faixa de renda domiciliar mensal de R$ 768 a R$ 1.064. As informações se referem à situação das pessoas na faixa dos 15 aos 60 anos.

• **IPEA:** A pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea (órgão vinculado ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República) também tomou como base a renda dos trabalhadores nas seis regiões metropolitanas investigadas pelo IBGE na PME — onde mora um quarto da população brasileira, que responde por dois terços do Produto Interno Bruto (PIB). Mas, para auferir a redução da pobreza nessas metrópoles, o instituto usou a renda domiciliar per capita — e não a renda domiciliar total, como na pesquisa da FGV — dos trabalhadores. Foram considerados miseráveis os brasileiros de famílias com renda per capita de até R$ 103,75 em dezembro de 2008. Para os pobres, o recorte foi renda per capita de até R$ 207,50. Já os ricos são aqueles com rendimento familiar (e não per capita) superior a R$ 16,6 mil mensais.